

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O GOVERNO LULA: MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA COM AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA? ¹

LUIZ CARLOS GALETTI

INTRODUÇÃO

Principal programa social do governo Lula (2003 – 2010), o Bolsa Família (PBF) tem sido analisado sob diferentes óticas que privilegiam, em geral, a questão de sua eficácia para a distribuição de renda e redução efetiva da pobreza e das desigualdades sociais.

Neste artigo a ênfase da análise recai sobre o significado do Programa para a construção da cidadania e da democracia e, em especial de sua contribuição, ou não, para as transformações estruturais da sociedade brasileira; vamos nos referir às teorias de elites, às teorias sobre as revoluções e revoluções passivas, aos resultados de entrevistas com gestores governamentais, especialistas no assunto e famílias quilombolas que recebem o benefício da Bolsa. Também fizemos pesquisa documental. O recorte analítico insere o debate no quadro dos processos econômicos, sociopolíticos, históricos e culturais das transformações que vem acontecendo no Brasil e na América Latina, dentro das limitações de espaço deste artigo.

Avalio que ao fazer a análise do PBF seguindo estas diretrizes posso contribuir para esclarecer, pelo menos em parte, as orientações estratégicas mais gerais desta elite dirigente do país e também lançar luzes sobre o significado do PBF.

Para desenvolver esta análise recorri principalmente a discussões que Décio Saes faz sobre as teorias clássicas de elites. Continua em voga e é importante que se discuta o processo de transformações que vem ocorrendo no Brasil e na América Latina com a ascensão de governos de orientação à esquerda. Ensaiei análises a partir das interpretações de Antonio Gramsci, de Werneck Vianna, de Francisco de Oliveira, de Carlos Nelson Coutinho e de Florestan Fernandes sobre este processo de transformações, procurando responder à seguinte pergunta: Como, por que e com quais objetivos uma forma especial de elite no poder – o governo Lula – vem implementando o PBF?

Confrontei estas teorias e análises com material empírico recolhido pessoalmente em campo através de entrevistas com altos gestores governamentais dirigentes do PBF e com famílias de quilombolas kalungas que recebem a Bolsa; também procedi à análise crítica de textos oficiais e não oficiais especializados que tratam dos temas de interesse da pesquisa.

O artigo está organizado da seguinte forma: primeira parte - considerações pertinentes sobre a questão da revolução e revolução passiva; o governo Lula, uma forma especial de elite que implementa o Programa e a inserção do PBF dentro desta discussão; segunda parte – aprofundamento da análise com a discussão de questões relevantes sobre as teorias de elites e sobre as teorias das revoluções e revoluções passivas; terceira parte – discussão dos resultados da pesquisa de campo e conclusão.

GOVERNO LULA, BOLSA FAMÍLIA E REVOLUÇÃO PASSIVA

Em períodos de crise da dominação burguesa – como é o caso presente em nossa análise, com a eleição e chegada ao governo de um bloco de aliança de classes (Lula e representantes da classe trabalhadora coligados com representantes da burguesia), essa forma específica de governo (ou elite política governante), na medida em que não tem condições concretas para aplicar um programa de independência e emancipação da classe trabalhadora, tem que, para manter sua representatividade e legitimidade atender a algumas exigências (reivindicações) dos de baixo. Ele tem de, pelo menos, aparentar ser um governo de caráter popular. No entanto, esse acolhimento de parte das exigências dos de baixo não tem alterado em essência o sistema capitalista, mas produz uma forma específica de reforma, uma modernização conservadora do Estado e da sociedade, com ampliação da democracia capitalista através da inclusão dos pobres e muito pobres ao sistema.

Não me parece que se possa interpretar esse processo bastante complexo como um processo de revolução passiva da forma como aparece nos textos de Gramsci (1999-2002). Mais graves e inadequadas me parecem ser as ponderações de Werneck Viana (1995) ao afirmar que as perspectivas de revoluções explosivas (semelhantes às revoluções burguesas na Inglaterra e França e à revolução bolchevique na Rússia) não estão mais em nosso horizonte, e sim que os processos de revolução passiva são aqueles que mais se adequam à realidade brasileira.

Florestan Fernandes (1975) já havia alertado que se considerarmos:

A Revolução Burguesa na periferia como uma “revolução frustrada”, como fazem muitos autores (provavelmente seguindo implicações da interpretação de Gramsci sobre a Revolução Burguesa na Itália), é preciso proceder com muito cuidado (pelo menos com a objetividade e a circunspeção gramscianas). (...) Tanto as burguesias nacionais da periferia quanto as burguesias das nações capitalistas centrais e hegemônicas (...) querem *manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo e impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore*. (1975: 294)

Francisco de Oliveira (2010 a: 26) também descarta a revolução passiva como critério interpretativo a esclarecer os acontecimentos contemporâneos da realidade brasileira.

Oliveira afirma que:

Muitos analistas consideram que o Bolsa Família é o grande programa de inclusão das classes dominadas na política. Isso é um grave equívoco, sobretudo por parte daqueles que cultivam a tradição marxista gramsciana. Entre eles estão Walquíria Domingues Leão Rego, Tarso Genro e Luiz Werneck Vianna, sendo que este último considera o Bolsa Família e o próprio governo Lula, a continuação da “via passiva” na longa e permanentemente inacabada revolução burguesa brasileira. A nova dominação (e arrisco a hipótese de que ela seja própria e funcional ao capitalismo mundializado) inverte os termos gramscianos.

O autor trabalha com a idéia original e provocativa de “hegemonia às avessas”: aparentemente os trabalhadores e seu governo (o governo Lula) dirigem a vida política nacional; no entanto, quem comanda a economia é a burguesia.

Carlos N. Coutinho descarta a revolução passiva como critério para interpretar o atual período histórico no Brasil. Prefere trabalhar com os conceitos de contra-reforma, de pequena política e de grande política ².

Considero que não vivemos sob um processo de revolução passiva, ou de contra-reforma, nem se trata de hegemonia às avessas. Temos um novo tipo de governo, uma nova elite no poder – o governo Lula, organizado através de alianças de classes; com fortes influências dentro do governo Lula, as principais tendências de comando no PT vinham desde o início dos anos 1990 guinando para a direita, abandonando as idéias mais radicais de transformação, descartando as perspectivas revolucionárias socialistas no campo do marxismo e do anarquismo. Estas tendências passaram a priorizar a democracia como um valor universal, transformando-a em objetivo estratégico, ficando o socialismo, de certa forma como um complemento, até como algo simbólico, quase que um objetivo estratosférico. Nesta ótica cabem o desenvolvimentismo nacional com democracia, o aperfeiçoamento da democracia no sistema capitalista, a “humanização do capitalismo”, ou mesmo a inclusão social e a promoção da cidadania dos mais pobres dentro dos marcos do capitalismo – todos esses objetivos podem ser alcançados sem que

ocorra uma revolução, não necessitam de que haja uma ruptura profunda nas estruturas e formas da produção, no modo de produção capitalista.

Visto sob o prisma da crítica, uma das questões centrais em pauta considera o PBF como uma política compensatória, que visa apenas atenuar (amenizar) a pobreza; não teria condições políticas, nem históricas, culturais e econômicas para erradicar a pobreza no Brasil. Acresce que - em decorrência do perigo potencial e concreto do crescimento das chamadas “classes perigosas” (massas depauperadas, famintas e explosivas que tem gerado constantes riscos ao sistema capitalista), na época recente da globalização neoliberal – alguns analistas consideram que o Programa se insere na pauta ideológica de contenção e controle de agências internacionais das classes dominantes e do capital mundial (Banco Mundial, FMI, ONU – organização do milênio). Não seria interessante e muito importante criar mecanismos/instrumentos de inclusão para esses grandes contingentes populacionais de excluídos de forma que passariam à condição de pessoas produtivas, trabalhadores/cidadãos consumidores a engrossar os mercados internos dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento (na nova linguagem eufemística: emergentes) na América Latina e no terceiro mundo?

A discussão toma rumos mais graves se pensarmos que a pobreza, mais do que um problema econômico, é uma questão política. Erradicá-la significa que os pobres, os beneficiários do PBF teriam que se tornar sujeitos de sua própria história³.

A elite governante poderia criar, ou pelo menos incentivar a criação de novas instituições que favorecessem este processo emancipatório? Discutiremos este assunto nas próximas linhas.

AS TEORIAS SOBRE AS ELITES

Vários estudiosos têm trabalhado com as Teorias das Elites tentando compreender e analisar as transformações políticas contemporâneas. O cientista político italiano Ettore Albertoni (1990) faz um retorno aos clássicos conservadores criadores da teoria política das elites: Vilfredo Pareto (1848-1923), Gaetano Mosca (1858-1941) e Robert Michels (1876-1936). Albertoni centra seu trabalho principalmente nas contribuições de Mosca. Destaca questões relevantes sobre a “circulação das classes eleitas (ou elites)” de Pareto, sobre a “lei de ferro das oligarquias” de Michels e sobre a “doutrina da classe política” de Mosca. Explicita seu interesse em analisar a “existência, a formação e o papel dos grupos dirigentes” no mundo da política (1990: 28).

Albertoni sublinha os termos “elitismo” e principalmente “elitismo político”, que “remete a laços ecléticos entre elementos e valores diferentes, [que] podem confirmar a consciência da existência de uma dimensão específica do próprio elitismo, tanto orientado para direções teóricas quanto normativas” (1990: 22). O citado autor remete às obras de Pareto: *I sistemi socialisti* (1902-1903), *Manuale di economia política* (1906) e *Trattato di sociologia generale* (1916); de Mosca: *Elementi di scienza política* (1896) e de Michels: *Zur soziologie der parteiwesens in der modernen demokratie* (A sociologia do partido político na democracia moderna) (1911).

Estudioso das elites, Codato (2009:1-3) afirma que:

As posições de comando no espaço social (...) estão repartidas entre as classes economicamente dominantes e as classes politicamente dirigentes. (...) A “classe dirigente” (...) englobaria a elite política ou classe política e todos aqueles agentes que estão fora do Estado e do governo, mas que poderiam influenciar as decisões políticas, sem exercer diretamente, como a elite, o poder. (...) A elite é a parte da classe dirigente que estaria incumbida da tarefa de governar. A classe dirigente incluiria várias “minorias”, como as econômicas, as religiosas, as intelectuais e as sociais.

Para o autor “a noção de elite (política) não substitui o conceito de classe (dominante); esses dois termos – classe e elite – apenas assinalam, com nomes diferentes, coisas diferentes. Eles também não precisam ser opostos ou incompatíveis”. Pode ocorrer e é mesmo mais freqüente que a elite política dirigente esteja associada à classe dominante.

Codato (2009: 1-3) ressalta que para

Evitar o ecletismo teórico e acatar a coabitação das duas (...) dimensões da realidade social que os dois vocábulos delimitam e descrevem: estratificação social, no primeiro caso [classe] e hierarquia política, no segundo, [se deve] ter presente, na análise dos processos de recrutamento para posições de elite e na análise dos processos de tomada de decisões por parte dessa elite, aquilo que Anthony Giddens (1974: XI-XII) designou por “mediação institucional do poder”, isto é, a forma geral do Estado (o “jurídico-político”, na terminologia dos marxistas) e o estado geral da economia (o “econômico”, idem) e suas influências sobre o exercício do poder.

Talvez pareça óbvio, mas se deve frisar, como afirma o autor, que nem todos os indivíduos pertencentes à classe dominante compõem a elite política dirigente do país.

O autor também designa como elite

O grupo especializado de políticos profissionais (...) ou políticos de carreira que controlam recursos políticos (posições institucionais no Estado, por exemplo), comandam organizações políticas (partidos, por exemplo) e exercem as funções de governo (no Executivo e no Legislativo). (...) Eles têm na atividade política seu meio de vida e o poder político como seu objetivo exclusivo, como Max Weber (1994) já definiu.

Na avaliação de Décio Saes (1994), deve-se refletir sobre a Teoria Clássica das Elites levando em conta a sua corrente fundadora, de inspiração maquiavélica - Pareto, Mosca, Michels e Sorel - mas também e sobretudo os novos pensadores de correntes liberais ou neoliberais que se situam dentro do campo destas teorias sobre as elites. Estes últimos, como também os fundadores, baseiam-se num conceito central de elite - o de “minorias politicamente ativas: a minoria de homens que assume, em qualquer espécie de sociedade humana, o controle do processo de tomada das grandes decisões políticas”. (Saes, 1994: 8). Ou seja, defendem que a maioria social não tem condições ou não tem capacidade política para decidir. Dizem que a maioria não é ativa, esta maioria é e será sempre dirigida por uma minoria competente. Saes considera conservadora esta noção central, bem como o conjunto conceitual desta teoria clássica, inclusive aquela renovada por pensadores do campo liberal.

No entanto, após uma longa análise, reconhece a importância destes pensadores elitistas, na medida em que apontam para determinadas fragilidades do pensamento marxista. Uma destas fraquezas - situada com mais precisão no terreno de um viés economicista do marxismo - repousa nas dificuldades em explicar a chamada “causação recíproca” entre poder econômico e poder político nas sociedades de classes. O autor fundamenta-se no conhecido trabalho de Nico Poulantzas: *Poder Político e Classes Sociais* (1977), para continuar esclarecendo sua argumentação. Poulantzas (1977) não teria extraído todas as implicações da cumulatividade de poderes nos sistemas de classes sociais. Cumulatividade no sentido de que há uma ocupação simultânea, no mesmo período histórico, do poder político e do poder econômico pela mesma classe social: a classe mais forte e dominante na sociedade. Saes (1994: 17) vai mais longe dizendo que Poulantzas chega a levantar “teoricamente a possibilidade de que a classe economicamente dominante no capitalismo não seja a classe politicamente dominante”. Seguindo por esta linha de idéias conclui-se que podem ocorrer no capitalismo elementos de disjunção ou momentos de não simultaneidade entre a dominação econômica e a dominação política de classe. “Para que a dominação política capitalista

se mantenha não é necessário que a classe dominante ocupe diretamente – isto é, sem intermediários e através de seus próprios membros – o topo do aparelho de Estado” (Saes, 1994: 17).

Pode acontecer, em determinadas conjunturas, que a classe que domina a economia, não ocupe, só ela e exclusivamente o topo do aparelho de Estado capitalista, papel exercido por outra fração de classe, distinta da burguesia. Às vezes é a pequena burguesia ou a classe média que ocupam os postos de direção política no alto dos aparelhos de Estado. Porque nem sempre uma classe que é a detentora do aparelho de Estado é a classe que domina politicamente a sociedade. Só é classe dominante na vida política de um país aquela que faz com que seus interesses políticos sejam também dominantes para toda a sociedade, interesses enfim garantidos pelo Estado. Saes remete a Karl Marx, que fala da existência, em determinados períodos da história, de “uma classe reinante”, distinta da classe dominante. Continuando, diz o autor:

A classe reinante – ou aquilo que Marx chama “a classe governante” – é a classe social que predomina na “cena política”; isto é, a classe social que organiza de modo direto e sem intermediários o partido político que prepondera no sistema partidário, assumindo o comando do sistema partidário na sua relação com o Estado capitalista. Frequentemente, em sociedades capitalistas concretas, a classe reinante é a classe média ou a pequena burguesia (1994: 18).

Saes conclui, situando-se no campo do marxismo renovado, que:

A teoria política marxista em processo de renovação pode incorporar, até mesmo por “pressão” da Teoria das Elites, a análise morfológica do processo político (...). A plataforma [da teoria política marxista em renovação] consiste em integrar os resultados dessa análise morfológica à análise substantiva do processo político, que é, em última instância, análise do caráter de classe do poder político (1994: 18).

Contribuição interessante de Martuscelli (2007) esclarece que as considerações sobre a disjunção entre o econômico e o político feitas por Poulantzas (1977) tem um marco histórico relativamente preciso:

Poulantzas tende a aplicar a idéia de disjunção de classe economicamente dominante e classe politicamente dominante às sociedades de transição do feudalismo para o capitalismo, ou no máximo, ao capitalismo nos seus primórdios. O exemplo histórico utilizado por Poulantzas é o da Inglaterra no período anterior a 1688, quando a burguesia se configurava como a classe economicamente dominante, enquanto a nobreza fundiária lograva a posição de classe politicamente dominante. (2007: 15)

Temos que ser muito cautelosos ao fazer comparações. Mas, como sabemos, em períodos históricos mais recentes, também tem ocorrido a não simultaneidade temporária, entre o poder econômico e o poder político numa mesma sociedade. Na conjuntura mundial e brasileira do atual período – uma conjuntura de crise econômica - noutras palavras, um período em que estão ocorrendo alterações nos processos de produção, de grandes dificuldades para a classe trabalhadora e para as elites no poder, há elementos indicativos de disjunção entre o econômico e o político? No caso brasileiro atual a dominação econômica é burguesa e capitalista. Mas, a direção política, a elite no poder não é totalmente burguesa. O governo é de coalizão de classes: representantes da classe trabalhadora ascenderam ao governo. Ou seja: a base econômica é conservadora; mas o governo abriga elementos de mudança, de superação do capitalismo atrasado para um capitalismo “modernizante”.

Em que sentido opera esta mudança? Desde um ponto de vista estratégico: os grupos de esquerda envolvidos neste transformismo (no sentido gramsciano) - que também me parece um processo de modernização conservadora - promovem transformações situadas dentro do campo político da classe trabalhadora?

Pode-se dizer que esta nova fração de classe atualmente no poder detém parte importante do aparelho de Estado no país. E, mais ainda, é uma fração de classe distinta da burguesia, assemelha-se à pequena burguesia e à classe média? A começar pelo presidente Lula, seguido por vários ministros de Estado, dirigentes de poderosas estatais e fundos financeiros e pessoas que ocupam cargos de peso na hierarquia do Estado e em grande parte do imenso aparato estatal, não seriam eles componentes desta nova classe social (ou pelo menos uma fração de classe distinta da burguesia) a que se refere Oliveira?

Nesta linha de argumentação pode-se notar que há uma convergência no pensamento de Décio Saes e Chico de Oliveira.

Trata-se então de analisar se os principais dirigentes do governo Lula, principalmente ele próprio, fazem parte de uma elite nos moldes da análise feita por Décio Saes e Chico de Oliveira e mais ainda, o PBF, enquanto uma iniciativa política desta elite pode ser colocado dentro do campo político da classe trabalhadora? Noutras palavras: esta política pública favorece ou não o avanço político e organizativo da classe? ⁴

Estrella e Ribeiro (2008: 39) avaliam que “na medida em que o Bolsa Família se tornar mais estrutural, mais populista (...) ele será”. Consideram que o Programa passaria a ser

estrutural se além de atender “as preferências da maioria no curto prazo, com transferência monetária aliviando a pobreza imediata”, também passasse a valer no longo prazo, rompendo o “ciclo intergeracional de pobreza, por meio do cumprimento adequado das condicionalidades”. Eu acrescentaria que o PBF pode ser visto como uma política pública populista positiva, em contraposição a vários analistas de direita e esquerda que atribuem ao PBF e ao governo Lula um caráter populista negativo. Esta avaliação de populismo positivo baseia-se no fato de que o desempenho e papel de Lula (também decorrente de várias políticas sociais de seu governo, dentre elas o PBF), contemplaram em muitos momentos os interesses populares, as reivindicações da classe trabalhadora. Esclareço melhor esta argumentação nas linhas que seguem. Os autores avaliam que o PBF vem promovendo transferências monetárias que tem aliviado a pobreza imediata de significativos contingentes depauperados da população brasileira ⁵. Afirmam que um indicador de populismo (de Lula e do PBF) pode ser notado através da expressiva votação de Lula nas eleições presidenciais de 2006 nos municípios que receberam transferências monetárias do PBF proporcionalmente altas (municípios de acentuada concentração de pobreza), o que pode ser interpretado como uma resposta política a essa transferência de renda.

Analisa outro componente fundamental que consta nos objetivos do PBF: as condicionalidades de saúde e educação que tem como meta romper o ciclo intergeracional da pobreza. Na opinião dos autores o cumprimento destas condicionalidades pode ocasionar uma mudança de caráter estrutural.

Estrella e Ribeiro (2008) fazem uma exposição teórica sintética sobre o populismo. Salientam que “é possível identificar na teoria democrática, referências ao populismo como resultado de políticas que contemplam a vontade da maioria do povo”. Uma das variantes deste populismo “positivo” se fundamenta num discurso “anti-status quo”. Neste caso, ainda que não ignorem as instituições, os líderes populistas se valem deste tipo de discurso político “como um modo para falar diretamente com a população e assim romper a fronteira entre “os sem poder” [o povo] e os “poderosos””. Noutras palavras, esta variante de populismo pode se manifestar como um “apelo dirigido ao povo contra as idéias sociais dominantes e as estruturas de poder estabelecidas” (2008: 16).

Como afirmam Estrella e Ribeiro (2008), em geral os “líderes populistas não são apenas carismáticos; eles tem uma história de vida” semelhante à dos pobres excluídos, as pessoas comuns do povo. Os autores citam Panizza (2005: 20):

O povo se identifica com os líderes através das estórias que estes relatam não apenas através das palavras, mas, também, pelo uso de símbolos, incluindo sua expressão corporal e suas vidas pessoais. Como em qualquer narrativa política, o populismo articula uma variedade de mitos, símbolos, temas ideológicos e argumentos racionais ao dizer, para sua audiência, de onde vem o povo, qual o sentido das suas condições atuais e [aponta] caminhos para um futuro melhor.

Também podem contribuir na construção desta identidade positiva entre os líderes e o povo as formas como fazem política e se comportam no cotidiano. Em breves palavras: os excluídos (os pobres) podem estar se sentindo valorizados e representados pelos dirigentes que se fortalecem ao realizar partes das demandas populares.

Para relacionar o impacto político com a eficácia do PBF, objetivando “apreender os aspectos populistas e estruturais” do Programa os autores fizeram uma análise estatística detalhada para 5563 municípios brasileiros. Selecionaram a votação recebida por Lula nas eleições de 2006 como variável política e o IGD (Índice de Gestão Descentralizada do MDS) como variável de eficácia do PBF. Concluíram que nos municípios de maior concentração de pobreza, que receberam proporcionalmente maior transferência monetária do Programa, a votação em Lula foi expressivamente alta, sinal de uma característica populista do Bolsa Família. Já em relação ao IGD (os autores separaram em IGD Saúde e IGD Educação) concluem que há vários problemas, em grande parte decorrentes do fato de que as condicionalidades são controladas na ponta pelos municípios; tem vários problemas na gestão municipal do PBF como o controle, monitoramento, registro, transmissão dos dados, etc. A conclusão mais importante neste caso das condicionalidades - o estudo trata principalmente do IGD Saúde – é de que as várias falhas detectadas indicam que o Programa não pode ser considerado estrutural, pelo menos no período em que foi feita a pesquisa ⁶.

O PBF pode estimular mudanças estruturais? Pode ser ele próprio um elemento fomentador de transformações mais profundas? É atribuição de governo promover ou pelo menos criar condições e instituições que favoreçam este processo de transformações? Discutiremos este assunto a seguir.

SOBRE AS REVOLUÇÕES

Tomando as devidas precauções e cuidados metodológicos, o PBF pode ser visto como uma das peças da “guerra de posições” de que falava Antonio Gramsci em seus “Cadernos do Cárcere”? Werneck Vianna (1995) aponta elementos que podem

contribuir para uma análise nesta direção. Por que - uma vez descartadas, pelo menos nesta conjuntura e no curto e médio prazos, as estratégias da “guerra de movimentos” semelhantes aquelas presentes nas revoluções francesa e bolchevique – que alternativas tem a esquerda brasileira para a superação do capitalismo?

Werneck Vianna (1995:181) afirma que não há mais espaço para a revolução explosiva: “Não se vive mais o tempo das revoluções e esta seria uma afirmação aparentemente consensual ao final deste milênio, depois de décadas em que a idéia de revolução acendeu o ânimo de gerações na esperança de uma sociedade mais justa”. O autor reconhece que o mundo tem vivido, no final do milênio passado, de forma localizada e em muitas regiões, diversas conflagrações revolucionárias. No entanto, em sua visão: “A revolução passiva, antes um processo referido a formações nacionais com precisa contextualização histórica, ter-se-ia convertido no único processo a ter vigência universal, comprometendo, por meio de automatismos inscritos no coração das instituições de reprodução social, a mudança com a conservação.” (1995: 182).

Podem-se questionar as afirmações do autor tendo em vista as recentes e fortes manifestações populares (2010-2011) no norte da África e Oriente Médio que derrubaram várias ditaduras – o fenômeno político chamado “primavera árabe”. Ou mesmo as grandes manifestações na Grécia, Espanha, Itália, Inglaterra e noutros países europeus e também nos EUA, principalmente de jovens, como resposta aos graves problemas gerados pela crise mundial de 2009 – 2011. No entanto a “primavera árabe”, assunto muito polêmico, teria diferenças notáveis em relação aos padrões das citadas revoluções clássicas de tipo burguês ou bolchevique ⁷. Polêmicas à parte, são manifestações populares fortes e significativas de baixo para cima no edifício social, de trabalhadores e do povo e não iniciativas induzidas de cima para baixo, dos topos dos aparelhos de Estado e dos agentes governamentais, estas últimas características notáveis nos processos de revolução passiva ⁸.

De forma que uma das questões postas no presente artigo consiste justamente nesta problemática: o PBF pode ser pensado como um instrumento, uma política pública, dentro deste processo de revolução passiva pelo qual o país estaria passando? Por ironia da história, um processo de revolução passiva (de caráter burguês) sob a direção política de um governo de extração operária, o governo petista. Estaria em curso um processo de “modernização” capitalista, de aperfeiçoamento do sistema, de promoção da cidadania, noutras palavras, o governo Lula seria o principal agente condutor de significativos

avanços democráticos na sociedade e no Estado, sem alterar os pilares do sistema capitalista.

Temos paralelos interpretativos que podem nos guiar nesta reflexão. Florestan Fernandes (1975) em seu trabalho clássico “A Revolução Burguesa no Brasil”, traz elementos teóricos e metodológicos que nos interessam: “A Revolução Burguesa na periferia é, por excelência um fenômeno essencialmente político, de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias” (1975: 294).

Referindo-se ao Brasil e à América Latina, Fernandes afirma que o “‘retardamento’ da Revolução Burguesa, na parte dependente e subdesenvolvida da periferia adquire assim uma conotação política especial”. Passa a ocorrer a introdução de “um elemento político” nos comportamentos de classe destas burguesias “que não é típico do capitalismo especialmente nas fases de maturação econômica, sociocultural e política da dominação burguesa na Europa e nos Estados Unidos”. Para o autor, nestas circunstâncias, vai se abrindo um crescente “divórcio entre a ideologia e a utopia burguesas e a realidade criada pela dominação burguesa”. E conclui que para defender seus “*interesses materiais privados com fins políticos particularistas, (...) o idealismo burguês* precisa ser posto de lado, com seus compromissos mais ou menos fortes com qualquer reformismo autêntico, com qualquer liberalismo radical, com qualquer nacionalismo democrático-burguês”. (1975: 296)

Na situação de dependência em que se encontram, “os estratos sociais dominantes e suas elites não possuem autonomia para conduzir e completar a revolução nacional, gravitando historicamente de um beco sem saída para outro” (1975: 298). No máximo, podem se propor o “desenvolvimento e a “revolução dentro da ordem” que são compatíveis com o capitalismo dependente (...) e não as compulsões igualitárias de uma comunidade política nacional” (1975: 301).

Fernandes ressalta que na América Latina o padrão da dominação burguesa está sujeito a “certos imperativos universais que compelem as classes burguesas a se omitirem (...) diante de certas tarefas práticas especificamente burguesas, que alargariam a amplitude da revolução nacional e a própria transformação capitalista”. De tal forma que “estruturas sócio - econômicas e políticas arcaicas” permanecem intocadas, impedindo, por exemplo, a “reforma agrária, a valorização do trabalho, a expansão do mercado interno”, etc . (1975: 306).

Esta forma de dominação burguesa leva à “alienação das classes burguesas pela anulação de tarefas econômicas, socioculturais e políticas que cabem à burguesia, enquanto o desenvolvimento capitalista representar a fonte de dinamização da revolução nacional.” (1975: 306) ⁹. O que a burguesia não “pode fazer na esfera privada tenta conseguir utilizando, como base de ação estratégica a maquinaria, os recursos e o poder do Estado.” Temos assim um “tipo especial de impotência burguesa, que elege o Estado nacional como o núcleo do poder de decisão e de atuação”. O autor considera o Estado nacional uma peça central nesse processo de dominação burguesa e só ele “pode abrir às classes burguesas o caminho de uma revolução nacional tolhida e prolongada pelas contradições do capitalismo dependente e subdesenvolvido” (1975: 307).

Em relação às pressões das classes populares latino-americanas o autor afirma que as burguesias têm que se ajustar, promover o “diálogo entre as classes” e sufocar os impulsos igualitaristas e do reformismo radical. Ao mesmo tempo as burguesias fomentam iniciativas de caráter burguês de forma que elas se tornam os agentes que “constroem e transformam o capitalismo dependente e subdesenvolvido, levando a modernização para a periferia (...); assim a transformação capitalista pode se reproduzir em condições muito especiais, com potencialidades estruturais e dinâmicas para absorver e acompanhar os ritmos históricos das economias centrais e hegemônicas” (1975: 309).

Antonio Gramsci desenvolve a análise sobre a revolução passiva em vários momentos nos seus 29 cadernos escritos no cárcere sob o regime fascista de Benito Mussolini. Nestes cadernos da prisão, as discussões sobre a revolução passiva constam principalmente no período de 1932-1935, quando Gramsci critica questões centrais da filosofia de Benedetto Croce, principalmente a concepção de história deste pensador italiano: “O historicismo de Croce seria, portanto, nada mais do que uma forma de moderantismo político, que coloca como único método de ação política aquele no qual o progresso e o desenvolvimento histórico resultam da dialética de conservação e inovação” (1999: 393). Gramsci frisa que este “historicismo próprio de moderados e reformistas (...) é o reflexo de uma tendência prático-política, uma ideologia no sentido pejorativo”. É uma “concepção que se chama reformismo” (1999: 393).

“É uma ideologia que tende a enfraquecer a antítese, a fragmentá-la numa longa série de momentos, isto é, a reduzir a dialética a um processo de evolução reformista “revolução-restauração”, na qual apenas o segundo termo é válido, já que se trata de consertar continuamente (de fora) um organismo que não possui internamente os

motivos próprios de saúde” (1999: 396). Parece-me interessante que o autor sublinhe a visão de história de Croce como uma “ideologia política prática imediata” dos intelectuais ligados às classes dominantes que objetivavam dar uma resposta concreta aos impactos jacobinos dos períodos revolucionários de 1789, 1848 e 1871 no mundo europeu.

Ou seja, o autor entende a revolução passiva como uma forma para contemplar o atraso da revolução burguesa em certos países capitalistas europeus, principalmente a Itália e a Alemanha. Ele se refere à revolução passiva para caracterizar os processos políticos ocorridos na Europa depois da Revolução Francesa de 1789, das guerras napoleônicas, das jornadas revolucionárias de 1848 e também depois da Comuna de Paris de 1871. As classes dirigentes italianas e alemãs, para evitar irrupções revolucionárias violentas no estilo jacobino, se anteciparam e promoveram mudanças que se enquadrariam nos moldes de revoluções passivas. Acabaram se constituindo em formas de contenção e de prevenção das classes dominantes ao expansionismo do processo revolucionário francês.

Nas considerações de Gramsci os estratos de classe ou frações de classe que desempenham papel de direção na cúpula dos aparelhos de Estado na impulsão desses processos não são de origem operária, de partidos da classe trabalhadora; observem que os intelectuais vinculados às classes dominantes é que desempenham estes papéis.

Gramsci esclarece com mais precisão o seu entendimento sobre as revoluções passivas: “Deve-se investigar o que significa exatamente e como é justificada, em Edgar Quinet, a fórmula da equivalência de revolução-restauração na história italiana. (...) Deve-se examinar se a fórmula de Quinet pode ser aproximada da de “revolução passiva” de Vincenzo Cuoco; elas exprimem, talvez, o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares, através de “restaurações” que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de “restaurações progressistas”, ou “revoluções-restaurações”, ou ainda, “revoluções passivas”. Seria possível dizer que se tratou sempre de revoluções (...) nas quais os dirigentes salvaram sempre o seu “particular” (1999: 392-3).

No caso brasileiro, o PT é a principal instituição a alavancar o atual processo transformista, sendo ele próprio vítima do transformismo, no sentido que Gramsci confere ao termo.

Parece-me que a resposta ao enigma (enigma da esfinge, do governo Lula) deva ser buscada na análise dos principais elementos constitutivos das estruturas econômicas, sociopolíticas, históricas e culturais e nas relações entre eles, no terreno das lutas de classes no Brasil.

O que estamos observando também pode ser entendido à luz das mudanças nos conceitos e paradigmas explicativos. Como disse Hannah Arendt (2011), em “Sobre a Revolução” a palavra revolução é relativamente nova na Ciência Política. Maquiavel, por exemplo, não a usava. Seu uso corrente era na astronomia. O conceito de revolução com o significado de mudança política em profundidade que gerava sociedades com uma nova estrutura de poder, passou a ser usado após as revoluções burguesas na Inglaterra e na França. As revoluções dos séculos XIX e XX imprimiram um novo significado ao conceito de revolução. Não só uma nova concepção: também um novo ritmo, novas organizações políticas dirigentes, alianças políticas diferentes que foram ocorrendo ao longo dos embates característicos destas épocas, programas e plataformas que tinham que dar respostas a novas inquietações e problemas particulares das conjunturas e das estruturas socioculturais, econômicas e políticas das nações envolvidas.

Na conjuntura contemporânea, fins do séc. XX e inícios do séc. XXI, houve alterações significativas nestas estruturas, nos modos de vida, no grau de pobreza e discriminação social e nas formas de enfrentamento dos problemas postos para a classe trabalhadora e as massas excluídas da população. Conclusão: a forma e o conteúdo das revoluções do presente e do futuro não serão os mesmos das experiências passadas. Em breves palavras: serão outras revoluções.

Carlos Nelson Coutinho (2010) avalia que a hegemonia na época do neoliberalismo não pode ser compreendida a partir dos processos de revolução passiva. Coutinho considera que vivemos atualmente sob um processo de contra-reforma:

Nos círculos neoliberais mais ligados à chamada “terceira via” (e em organismos financeiros internacionais como o Banco Mundial) vem se manifestando nos últimos tempos uma “preocupação” em face das conseqüências mais desastrosas das políticas neoliberais (...), entre as quais, por exemplo, o aumento exponencial da pobreza. Mas essa “preocupação” – que levou à adoção de políticas sociais compensatórias e paliativas, como é o caso do Fome Zero no Brasil – não anula o fato de que estamos diante de um indiscutível processo de contrarreforma. (2010: 38)

O autor continua e, a meu ver, desfecha um ataque direto contra a propalada promoção da cidadania realizada pelo Bolsa Família (acesso a direitos sociais para a população beneficiária do programa):

Não temos, na época em que estamos vivendo, o acolhimento de uma “certa parte das exigências que vem de baixo”, que Gramsci considera uma característica essencial das revoluções passivas. *Na época neoliberal não há espaço para o aprofundamento dos direitos sociais (...) estamos diante da tentativa aberta – infelizmente em grande parte bem sucedida – de eliminar tais direitos*, de desconstruir e negar as reformas já conquistadas pelas classes subalternas durante a época de revolução passiva iniciada com o americanismo e levada a cabo no Welfare State. (2010: 37) (itálicos meus)

O autor cita as tais “reformas” da previdência, das leis de proteção ao trabalho, privatização de empresas públicas, etc., “reformas” que estão nas “agendas de países capitalistas centrais e periféricos – que tem por objetivo a pura e simples restauração das condições do capitalismo selvagem”. (2010: 37).

Parece-me que a avaliação de Coutinho é por demais negativa para a atual conjuntura: em resumo, sob a ótica dos direitos sociais as classes subalternas têm conseguido alguns ganhos. Falarei desses ganhos mais adiante. Por ora, cito os reajustes do salário mínimo acima da inflação em vários períodos do governo Lula e a inclusão do direito à alimentação na Constituição Federal brasileira, no tópico dos direitos sociais fundamentais.

Barrington Moore (1983) em seu trabalho clássico sobre democracia e ditadura, em várias passagens remete à discussão sobre as revoluções pelo alto, revoluções de cima para baixo, enfim processos graduais de transformação social e política com relativa profundidade que aconteceram ao longo de um largo período de tempo, sem que tenham ocorrido revoluções explosivas, rupturas abruptas e em curto prazo de duração. Se é verdade que o autor está se referindo principalmente a países europeus e asiáticos (Inglaterra, França, Alemanha, China, Japão, Índia e também EUA), enfim países de formação social muito diferente do Brasil e também no contexto histórico de fins do século XIX a meados do século XX, as argumentações e a riqueza de sua análise histórica podem ser repensadas e indicam pistas para a reflexão aqui desenvolvida.

Sobre as revoluções que vem de cima Barrington Moore (1983) afirma:

Alguns governos semiparlamentares (...) executaram uma revolução mais ou menos pacífica, vinda de cima, que muito os fez avançar, no sentido de se tornarem países industriais modernos. A Alemanha foi mais longe nessa direção, o Japão pouco menos, a Itália bastante menos, a Espanha muito pouco. No curso da modernização através duma revolução vinda de cima, o governo tem de

executar muitas das tarefas realizadas noutros países, com a ajuda de uma revolução vinda de baixo. A noção de que uma revolução popular violenta é, de certo modo necessária para varrer os obstáculos “feudais” à industrialização é puro erro, como demonstram os cursos das histórias alemã e japonesa. (...) As conseqüências políticas do dismantelar da ordem, feito de cima, são decididamente diferentes. À medida que prosseguiam com a modernização conservadora, estes governos semiparlamentares tentavam preservar a estrutura social inicial (1983: 432).

O autor sublinha um aspecto que nos interessa, ao dizer que a racionalização da nova ordem política dirigida pelo Estado “está relacionada com a “fabricação” de cidadãos dentro dum novo tipo de sociedade” (1983: 433). Moore esclarece que na maior parte da América Latina, no período em que escreve (a edição original é de 1967), vigoravam governos semiparlamentares e autoritários; no Brasil, a ditadura militar (1964-1985). Ou seja, o contexto, a forma de governo e de regime e as relações do governo com a sociedade civil no Brasil da ditadura militar eram muito diferentes do que temos na atualidade, nesta primeira década do século XXI. Porém, o aspecto a ressaltar na análise do autor diz respeito à possibilidade de “dismantelar a ordem, feito de cima”, prosseguindo com uma “modernização conservadora”, mas tentando “preservar a estrutura social inicial”. Pode-se ler no texto do autor, referindo-se à Alemanha sob Bismarck, final do século XIX: “As recompensas materiais e outras – o “lucro”, na linguagem dos *gangsters* (...) – eram bastante substanciais, desde que conseguissem manter os camponeses e os operários no seu lugar. Quando havia progresso econômico substancial, os operários industriais podiam obter ganhos significativos” (1983: 434-5). No período contemporâneo, época do neoliberalismo, para o Brasil, país onde vale a superexploração do trabalho, essa possibilidade de ganhos significativos reduziu-se drasticamente. De qualquer forma, o que nos interessa é o raciocínio geral do autor: em período de progresso econômico ganham os patrões, mas também os operários, desde que se mantenham “os camponeses e os operários no seu lugar”.

Friedrich Engels, no período em que o chamam de o último Engels, a partir da experiência e derrota da Comuna de Paris em 1871 e com o crescimento institucional da social democracia alemã no final do século XIX, passou a considerar com outros olhos o caminho eleitoral tradicional, apontando que seria viável uma possibilidade revolucionária por dentro e através dos aparelhos institucionais do Estado. Ou seja, a proposta de “destruição”, ou de “abolição” do Estado, como afirmavam Marx e Engels

no Manifesto Comunista tinha que ser repensada, relativizada. Esta polêmica não é nova. Há vários estudos sobre este assunto na literatura especializada.¹⁰

Francisco de Oliveira (2007), analisando o governo Lula fala de uma “hegemonia às avessas”: as classes dominantes consentem em ser comandadas pelos dominados, representados e respaldados pelo governo Lula, que assume o papel de “condottiere” de massas; a burguesia consente que os trabalhadores e seus representantes (leia-se o governo Lula) expressem suas opiniões e façam política à vontade, desde que não atinjam os fundamentos da exploração capitalista que garantem a continuidade da dominação burguesa. Diz o autor: “Este programa Bolsa Família é extremamente perigoso, deste ponto de vista. Cria o que chamei de hegemonia às avessas. (...) O Bolsa Família é a base dessa hegemonia torta”.

Oliveira (2007) faz uma comparação entre a situação da África do Sul e a do Brasil, advertindo que sempre é muito perigoso fazer comparações. No entanto ele vê no governo Lula algo parecido com o governo Mandela, após a derrota do “apartheid”: “Você derrota a poderosa discriminação social brasileira, derrota o preconceito de classe absurdamente alto num país com tradição racista, para que? Para governar para os ricos. E os ricos consentem, desde que os fundamentos da exploração não sejam postos em xeque. É o que o PT faz. É o que o governo do Lula faz. É ao avesso, portanto”.

Prosseguindo, afirma que em períodos anteriores da história do Brasil, “a política passava pelo conflito de classes. A característica da hegemonia às avessas é que a política não passa por esse conflito. Ela desviou-se.” E significativos grupos da esquerda brasileira embarcaram nesta onda, uma onda “transformista”.¹¹

CONCLUSÃO

O PBF tem se constituído numa política vitoriosa de transferência de renda para as camadas pobres e extremamente pobres no Brasil. Porém, várias análises estatísticas comprovam que também houve relevante transferência de renda para as camadas mais ricas no país durante o governo Lula. Apesar de a transferência monetária do PBF para a população pobre ser pequena em comparação com os grandes números nacionais (PIB, dívida pública interna, lucros dos banqueiros, etc) para aqueles que recebem a Bolsa Família este pequeno benefício monetário tem um grande significado: auxilia na compra de alimentos e produtos básicos para a sobrevivência, diminui a fome, ajuda a espantar

o fantasma da miséria e alerta para a importância da educação e da saúde para as crianças, jovens, nutrizes, gestantes e mães das famílias contempladas. Não há dúvida quanto aos méritos e importância desse programa social. Bastaria dizer que o PBF retirou cerca de 25 milhões de brasileiros da miséria proporcionando-lhes condições melhores de vida.

O PBF é um novo tipo de política social que vem superando o assistencialismo tradicional, pois além de transferir renda à população pobre - objetivo de curto prazo - preocupa-se, através das condicionalidades de saúde e educação, com o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza - objetivo de longo prazo. Neste caso as crianças e jovens contemplados pelo Programa teriam que receber educação e saúde de qualidade, o que sabemos que, em geral, não tem acontecido. A educação e a saúde públicas no Brasil continuam em estado muito precário. E o registro, o monitoramento, o controle, enfim o cumprimento das condicionalidades de educação e saúde, principalmente na parte que fica sob o encargo das administrações municipais tem apresentado muitas deficiências¹².

Mais do que o peso monetário o PBF faz parte de um conjunto de políticas públicas do governo Lula que tem um significado simbólico e político considerável: essas grandes massas desassistidas historicamente por vários governos tradicionais das classes burguesas desde sempre no Brasil (e noutros países da América Latina e do terceiro mundo que tem programas públicos semelhantes) começaram a se sentir valorizadas, passaram para um novo patamar sociopolítico de inclusão cidadã.

A mudança principal promovida pelo PBF e que merece destaque diz respeito à democracia e promoção da cidadania: as políticas públicas do governo Lula vêm promovendo a inserção social e econômica dessa imensa massa da população pobre e extremamente pobre historicamente excluída, esquecida e humilhada na sociedade brasileira. Florestan Fernandes e Miriam Limoeiro Cardoso ressaltam que essa massa da população brasileira foi desde sempre colocada nessa trágica e dramática situação de fome e espoliação pela incapacidade histórica e política das elites burguesas dirigentes do país.

O governo Lula - uma elite especial, um novo bloco dirigente, composto em parte por líderes de extração operária e partidos de esquerda aliados a grupos da burguesia dependente brasileira - conseguiu reunir algumas condições que apontam para o início do rompimento desse ciclo perverso da fome e da miséria no país. A liderança carismática e populista de Lula, sua história de vida, de retirante nordestino, torneiro

mecânico no ABC paulista, líder sindical metalúrgico e dirigente do movimento operário brasileiro e da CUT, um dos principais dirigentes do PT e o político mais popular do Brasil, que venceu na vida e chegou ao posto mais alto da política brasileira – a presidência da república - impregna positivamente o Programa Bolsa Família. A identificação de Lula com o povo, com os trabalhadores e pobres excluídos, o significado simbólico e político desse quase amálgama “Lula - povo”, tem fortalecido os mais pobres no embate político brasileiro. Os discursos diretos ao povo, o comportamento popular de Lula e as políticas sociais de seu governo colocaram o povo (os mais pobres) num novo patamar de auto-estima, de sentimento e comportamento político no Brasil. Note-se, por exemplo, o comportamento eleitoral pró Lula deste significativo contingente de clientes do PBF nas eleições presidenciais de 2006, quando o petista é reeleito com votação expressiva nos municípios com maiores índices de pobreza e maior atenção do PBF. Esse comportamento político-eleitoral se repete nas eleições presidenciais de 2010, quando é eleita Dilma Rousseff. Essa forma de ser, de fazer política com novo estilo e novo conteúdo, também fazia parte da maioria da militância do PT, que tinha fortes raízes nos movimentos populares e sindicais no Brasil. Então, a Bolsa Família também deve ser vista sob este prisma: ela faz parte de um populismo positivo com perspectivas de mudanças estruturais, que serão tanto mais acentuadas quanto mais forem sendo cumpridas as condicionalidades de educação e saúde e criada uma nova institucionalidade que dê suporte às mudanças.

Esse grande contingente de incorporados à chamada nova classe média (faixa de renda de R\$1.610,00 a R\$6.950,00) ¹³ pode pressionar os salários e as condições de vida da classe trabalhadora para um patamar mais elevado, favorecendo as lutas dos trabalhadores em geral, o que pode contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática, mais justa e menos desigual. Noutras palavras, a diminuição do tamanho do “exército de reserva” de trabalhadores desempregados e excluídos (contemplados pelo PBF) pode contribuir para elevar os salários e melhorar as condições de vida da classe trabalhadora.

No entanto, um fato de extrema gravidade vem ocorrendo no país: grupos inteiros da esquerda brasileira, principalmente o PT e o PC do B, passaram a aderir à proposta da construção da democracia dentro dos marcos do capitalismo como o objetivo último e prioritário, a estratégia central de transformação social. Assim, acabam descartando a perspectiva da superação do capitalismo através de um processo revolucionário socialista. Sob esta ótica, o PBF se constitui então numa política danosa para a classe

trabalhadora, pois é um dos pilares desta nova perspectiva popular e democrática de governo.

O PBF, depois que se tornou uma política pública de grande envergadura e de repercussão nacional e mundial tem se constituído num campo de batalha, um espaço de disputa de classes e de projetos ideológicos. A pesquisa realizada não me permite afirmar se o PBF pode ser entendido como um elemento entre muitos outros de um processo histórico que contribui para a superação do capitalismo e transição ao socialismo. Pode-se afirmar que o PBF faz parte de um processo de reforma capitalista do Estado e da sociedade, porque é uma reforma feita nos marcos do sistema capitalista. Não consta dos objetivos do Programa revolucionar as estruturas econômicas, socioculturais e políticas do país. Se esta reforma é mais ou menos democrática é uma questão polêmica. Se pensarmos do ponto de vista da democracia burguesa, a resposta é afirmativa. Porém, não é possível dizer o mesmo se pensarmos sob o prisma da democracia proletária e dos processos de transição ao socialismo.

Das discussões relativas às teorias sobre as elites, enriquecidas pelos materiais da pesquisa, concluo: o governo Lula não foi um governo burguês, não foi um governo das classes dominantes tradicionais. Foi um governo de uma elite especial, uma forma específica de elite no poder, com contradições internas: relativamente progressista em temas sociais, ambientais, culturais, relativos a minorias, populações tradicionais e à política externa; e conservador nos assuntos de política econômica e planejamento, educação e nas áreas mais diretamente ligadas à produção. Um governo de aliança de classes, com a liderança populista forte de Lula que atendeu e galvanizou vários interesses populares em grande parte do tempo contra os interesses dos poderosos grupos dominantes tradicionais. O PBF fez parte deste elenco de medidas populares.

Sobre as discussões relativas às teorias sobre as revoluções, em especial sobre as revoluções passivas, concluo: temos que ser muito cautelosos ao pensar na validade interpretativa para a atual realidade brasileira das teorias sobre as revoluções passivas conforme as análises de Gramsci; penso de forma semelhante em relação às teorizações de Barrington Moore; também não me parece que a proposição de uma “hegemonia às avessas” como paradigma para decifrar o enigma da esfinge conforme as idéias de Francisco de Oliveira seja adequada, mas esta formulação apresenta aspectos positivos como vimos linhas atrás; as propostas “gramscianas” de Carlos N. Coutinho que enfatizam o predomínio da “pequena política” em detrimento da “grande política” tem validade relativa, mas considero que não estamos sob um período de vigência de contra-

reformas. Não me parece que se possa entender o PBF dentro de um processo de revolução passiva, nem de contra-reforma e o Programa também não faz parte de estratégia de “pequena política”. Na verdade, o PBF poderia ser visto dentro de uma estratégia de “grande política” se promovesse mudanças estruturais, o que até o momento não vem ocorrendo. Como podem notar, descarto as idéias de Werneck Vianna de que não há mais espaço para as revoluções estruturais, de rupturas profundas, de que no momento contemporâneo cabem apenas os processos de revolução passiva. O fio condutor das análises de Florestan Fernandes me parece mais adequado para interpretar a atual realidade brasileira e latino-americana e o significado do PBF.

Levando em conta estas considerações pode-se dizer que o PBF situa-se em parte dentro do campo político da classe trabalhadora. A melhoria das condições de vida e a mudança simbólica, comportamental e política de grande parte dos contemplados são fatores positivos favoráveis à classe trabalhadora. São fatores desfavoráveis à classe trabalhadora: o PBF não incentiva a participação política direta dos beneficiados no processo de superação da pobreza, na luta por emancipação histórica; o Programa ainda não conseguiu promover mudanças estruturais, pois há problemas graves no cumprimento das condicionalidades; a concepção estratégica predominante no governo federal e também no PBF é pelas transformações socioeconômicas e políticas que privilegiam a democracia como valor universal, ficando a perspectiva socialista em segundo plano; o planejamento e a execução do modelo de desenvolvimento – o cerne da política econômica do governo federal – e o PBF não tem como escapar desta orientação central, continuam ocorrendo dentro dos marcos e limites do atual sistema capitalista, o que dificulta maiores avanços políticos e organizativos da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ALBERTONI, Ettore (1990) *Doutrina da Classe Política e Teoria das Elites*. Rio de Janeiro: Imago.

ARENDT, Hannah (2011) *Sobre a Revolução*. S. Paulo: Companhia das Letras.

BARRINGTON MOORE, Júnior (1983) *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Livraria Martins Fontes/Edições Cosmos.

BRASIL (2011). Publicações de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 2004 - 2010. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. DVD.

CODATO, Adriano (2009) *O conceito de elite*. Disponível em: <http://ufpr.academia.edu/Codato-Adriano-O-conceito-de-elite>. 19/12/2009; acesso em 17/09/2011.

COUTINHO, Carlos Nelson (1999). As Categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira. In: COUTINHO, C. N.. (Org.). *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

COUTINHO, Carlos Nelson (2010). A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy e RIZEK, Cibele (Org). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, p.29-43.

DEMO, Pedro (1988). *Pobreza Política*. São Paulo: Cortez.

ENTREVISTAS com altos dirigentes do governo Lula e com quilombolas kalungas que recebem a Bolsa. (2010 - 2011). Brasília, Belo Horizonte, Campinas e Cavalcante (GO).

ESTRELLA, Juliana e RIBEIRO, Leandro M. (2008). O Programa Bolsa Família e as Condições de Saúde em Nível Municipal. *Sinais Sociais*, v.2, n.º 6, p. 12- 43.

FERNANDES, Florestan (1975) *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

FIGUEIRÓ, Ana Lúcia (2010). *Entre o Assistencialismo e a Emancipação – Uma análise da relação entre Estado e sociedade civil a partir da experiência do Programa Bolsa Família no entorno do DF*. Tese (Doutorado) - Depto de Sociologia, Universidade de Brasília.

GIDDENS, Anthony (1974). Preface. In: STANWORTH, Philip e GIDDENS, Anthony (eds.). *Elites and Power in British Society*. London: Cambridge University Press.

GRAMSCI, Antonio (1999-2002). *Cadernos do Cárcere*. (6 vols.). COUTINHO, Carlos N.; NOGUEIRA, Marco A.; HENRIQUES, Luiz S. (Org). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

HOLLANDA, Cristina Buarque (2011). *Teoria das Elites*. Rio de Janeiro: Zahar.

MARTUSCELLI, Danilo E. (2007). Teoria das elites e teoria marxista: há uma possível convergência? In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, UFPE, Recife, 29/05-01/06/2007.

- MESQUITA, Camile S. (2007). *O Programa Bolsa Família: uma análise de seu impacto e significado social*. Dissertação (Mestrado), Depto de Serviço Social, Universidade de Brasília.
- OLIVEIRA, Francisco de (2007). Entrevista: “Lula e a Hegemonia às Avessas”. Jornal “O Globo”, 04/02/2007, Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, Francisco de (2010 a). Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK Cibele (Org). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo.
- OLIVEIRA, Francisco de (2010 b). O avesso do avesso. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK Cibele (Org). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo.
- PAIVA, Valéria F. (2007). *Programa Bolsa Família: uma avaliação do perfil socioeconômico e das condicionalidades de saúde com famílias da Ceilândia (DF)*. Dissertação (Mestrado), Depto de Nutrição, Universidade de Brasília.
- PANIZZA, Francisco (Ed.) (2005). *Populism and the mirror of democracy*. London: Verso
- POULANTZAS, Nico (1977). *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes.
- SAES, Décio A. M. (1994). Uma Contribuição à Crítica da Teoria das Elites. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba: UFPR, n.º 3, nov., p. 7-19.
- SEN, Amartya (1999). *Desenvolvimento como Liberdade*. S. Paulo: Cia das Letras.
- TROTSKY, Leon (1929). *A Revolução Permanente*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1929/11/rev-perman.htm>; Acesso em 08/09/2011.
- WEBER, Max (1994). The Profession and Vocation of Politics. In: LASSMAN, Peter; SPEIRS, Ronald (ed.). *Weber: Political Writings*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WERNECK VIANNA, Luiz (1995). O Ator e os Fatos: A Revolução Passiva e o Americanismo em Gramsci. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, IUPERJ, Rio de Janeiro, vol. 38, n.º 2, p. 181 - 235.
- WRIGHT MILLS, C. (1981). *A Elite do Poder*. Rio de Janeiro: Zahar.

¹ Este artigo é uma versão modificada de “O Programa Bolsa Família e o Governo Lula (2003-2010)” enviado em dez/2011 para a revista “Sociedade e Estado” do Departamento de Sociologia da UnB.

² Carlos N. Coutinho (2010: 29-43) diz que vivemos sob a hegemonia da “pequena política” em detrimento da “grande política” num período de contra-reforma e não de revolução passiva. Gramsci (1999-2002, vol. 3: 21) esclarece que: “Grande política (alta política) - Pequena política (política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política”.

³ Veja a oportuna discussão de Pedro Demo (1988) sobre estas questões; Amartya Sen (1999) também aborda estes assuntos relacionados a questões culturais e modelos de desenvolvimento.

⁴ Refiro-me ao conceito de campo político de BOURDIEU, Pierre (1998). *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

⁵ O aspecto positivo do PBF em transferir renda aos mais pobres pode ser visto em vários estudos do IPEA, da FGV, do MDS, do Banco Mundial, etc. Veja pesquisas de Ricardo Paes de Barros e Márcio Pochmann do IPEA, de Marcelo Neri da FGV, etc. Mesmo críticos do PBF nesta questão, como Guilherme Delgado, em artigos recentes no jornal Brasil de Fato concordam que o PBF realmente distribui renda para significativo contingente de famílias brasileiras mais pobres.

⁶ “O Índice de Gestão Descentralizada (IGD) é um indicador que mostra a qualidade da gestão descentralizada do Bolsa Família, além de refletir os compromissos assumidos pelos estados e municípios na sua adesão ao Programa”; veja em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/gestaodescentralizada/CadernodoIGD-M>; acesso em 9/11/2011.

⁸ Setores da esquerda brasileira consideram a “primavera árabe” como um fenômeno revolucionário; veja, por exemplo, as opiniões expressas nos jornais “Opinião Socialista” do PSTU e “Brasil de Fato”, no período de março a junho/2011.

⁸ Michael Burawoy diz que as recentes manifestações de indignados na Espanha e o “Ocupe Wall Street” em Nova York são protestos com predominância de excluídos em relação a trabalhadores explorados. Os participantes são em geral jovens de classe média, desempregados ou semiempregados, trabalhadores precarizados, estudantes. Seu protesto é político e tem como alvo o centro do poder financeiro global. Não tem caráter reivindicativo econômico de natureza sindical e nem se relaciona à política eleitoral. Veja: Entrevista de Eleonora de Lucena: Sociólogo vê reflexo de 'era da exclusão' em movimentos (Entrevista - Michael Burawoy); em folha.com/no987713; 09/10/2011. Acesso em 10/10/2011.

⁹ Leon Trotsky (1929) já havia alertado para a incapacidade política e histórica de as burguesias de países dependentes promoverem a revolução democrática nacional.

¹⁰ Veja, por exemplo: NEGTE, Oskar (1984) A Teoria da Revolução no Último Engels, in: HOBBSBAWN, Eric. *História do Marxismo*. Vol. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Dentro da social democracia alemã houve um intenso debate sobre este tema, principalmente na época da Segunda internacional. Karl Kautsky, um dos principais dirigentes do KPD (Partido Comunista Alemão) situava-se dentro de uma linha mais ortodoxa do marxismo, defendendo a alternativa institucional. Eduard Bernstein reviu o pensamento de Marx em pontos políticos cruciais, mas também na área econômica. Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht e seu grupo mantiveram-se numa postura que poderíamos chamar de marxista revolucionária: defendiam a greve geral, a ação revolucionária junto e com as massas. Veja também: GALETTI, Luiz Carlos (1996) *As Estratégias Políticas da Social Democracia Alemã no Período da Segunda Internacional*, in: Anais da 48.ª Reunião Nacional da SBPC. S. Paulo: São Paulo Indústria Gráfica e Editora, Vol. II, ps. 457- 458.

¹¹ Transformismo no sentido gramsciano: como cooptação de lideranças de movimentos populares, sindicais e políticos de esquerda.

¹² O artigo de Juliana Estrella e Leandro Ribeiro (2008), a tese de Ana L. Figueiró (2010) e as dissertações de Valéria F. Paiva (2007) e Camile S. Mesquita (2007) apresentam dados muito consistentes e conclusões que comprovam estas afirmações. Figueiró (2010) coletou dados no entorno do DF em Luziânia (GO), Valparaíso de Goiás (GO) e Cidade Ocidental (GO) e Paiva (2007) em Ceilândia (DF) – pesquisas feitas no meio urbano; eu recolhi informações semelhantes no meio rural.

¹³ Cf. o texto coordenado por Marcelo Neri: “Os Emergentes dos Emergentes: Reflexões Globais e Ações Locais para a Nova Classe Média Brasileira” – FGV, jun/2011, p. 25; disponível em: <http://cps.fgv.br/brics>; acesso em 17/11/2011.